

Prefeitura de SP já poderia  
ter vacinado pessoas com  
deficiência



gabinete  
**paralelo**  
SP

PCD

## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	3
INTRODUÇÃO .....	4
1. A pandemia de Covid-19 e as Pessoas com Deficiência .....	4
1.1 O Programa Nacional de Imunização .....	4
1.2 A alta vulnerabilidade das pessoas com deficiência frente a pandemia .....	5
2. A vacinação das Pessoas com Deficiência é possível! .....	5

## SUMÁRIO EXECUTIVO

- Primeiros 100 dias do governo de Bruno Covas na cidade de São Paulo esqueceu das pessoas com deficiência
- Programa de Metas não abarca necessidades e direitos das pessoas com deficiência
- Apesar de sua vulnerabilidade frente a doença provocada pelo Covid-19, pessoas, há omissão do governo municipal quanto a esse grupo
- Pessoas com deficiência não estão incluídas entre as prioridades do Programa Nacional de Imunização, tampouco no plano municipal
- Proposta de imunização de pessoas com deficiência entre 19 e 59 anos

## INTRODUÇÃO

Passados os primeiros 100 dias da segunda gestão de Bruno Covas, o segmento daso pessoas com deficiência – assim como todos os demais vulnerabilizados pela estrutura capitalista e pela conjuntura dos governos tucanos e bolsonaristas – já pode vislumbrar dificuldades crescentes nos próximos 4 anos na cidade de São Paulo. Apresenta-se um quadro de políticas públicas tímidas ou desconectadas com as necessidades e desejos da população, agravado pelos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19.

Um rápido olhar no Programa de Metas 2021-2024 da Prefeitura, assim como no site da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), da Prefeitura de São Paulo ([https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa\\_com\\_deficiencia/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/)) é fácil constatar essa fatídica realidade e a falta de novas perspectivas.

Com a exceção das metas 19 e 26, que propõem, respectivamente um indefinido Centro para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e investimentos no esporte paralímpico de alto rendimento, não há iniciativas capazes de ofertar qualquer esperança em dias melhores.

## 1. A pandemia de Covid-19 e as Pessoas com Deficiência

### 1.1 O Programa Nacional de Imunização

Sintomático desse descompromisso com as demandas do segmento são o absoluto imobilismo e omissosilêncio diante do alto risco de morte que a infecção pelo novo coronavírus traz para as pessoas com deficiência. Uma postura que torna a administração municipal cúmplice do descaso genocida do governo federal, que em seu Plano Nacional de Imunização (PNI) apenas em sua quarta versão incluiu as pessoas com deficiência, mas situando-as na 15ª posição entre os grupos tidos como prioritários.

Longe de ser uma decisão técnica, esta posição expõe o exercício da necropolítica, que define os corpos “matáveis”, deixando a mensagem de que “vidas de pessoas com deficiência importam”. Mas BEM MENOS que outras.

## 1.2 A alta vulnerabilidade das pessoas com deficiência frente a pandemia

A população das pessoas com deficiência faz parte dos grupos de alto risco, seja por sua realidade social, seja por comorbidades correlacionadas, cardíacas e respiratórias, além de dificuldades para exercer medidas simples de prevenção associadas à deficiência. Afinal, cegos precisam tocar objetos para se localizar; surdos, pessoas com deficiência intelectual podem ter dificuldade para ter acesso e seguir protocolos; muitos precisam do contato com cuidadores para desenvolver suas atividades diárias; e fatores genéticos da síndrome de Down e de algumas chamadas Doenças Raras acarretam maior risco à saúde.

Nunca é demais lembrar que os idosos foram definidos como primeiro grupo a ser vacinado numa estratégia para salvar vidas. Nada mais justo. Entretanto, como explicar o descaso com as pessoas com deficiência, que enfrentam risco igual ou até superior ao de pessoas saudáveis acima dos 60 anos?

Quando questionadas, as autoridades do Estado e do Município costumam apenas argumentar covardemente que “seguem o PNI e infelizmente não há vacina para todos”. Fingem ignorar que governadores e prefeitos têm autonomia legal para alterar o cronograma de vacinação!

Na verdade, Bolsonaro, Dória e o prefeito Bruno Covas estão alinhadíssimos. Todos ignoram a vida das pessoas com deficiência, suas organizações, esforços técnicos, além de todo o arcabouço jurídico legal brasileiro que versa sobre esta temática, assim como os tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

## 2. A vacinação das Pessoas com Deficiência é possível!

O Gabinete Paralelo afirma que seria possível, sim, já ter vacinado minimamente as cerca de 900 mil pessoas (entre 19 e 59 anos) com deficiências consideradas mais graves – segundo critérios do IBGE questionáveis, porém vigentes – que moram na cidade de São Paulo. Bastaria, para isso, ter utilizado critérios técnicos (do maior para o menor risco) para intercalar grupos de pessoas com deficiência com os das diferentes faixas etárias de idosos, já que, ao menos teoricamente, o risco decresce proporcionalmente com a idade.

O Gabinete Paralelo entende a urgência de proteger a vida das pessoas com deficiência e EXIGE do Prefeito de São Paulo que inclua nosso segmento dentro dos grupos prioritários de vacinação da COVID-19, sob pena da atual gestão ser julgada pela história como a mais genocida e que virou as costas para cidadãs e cidadãos em clara situação de vulnerabilidade social.

## **Gabinete Paralelo**

Guilherme Boulos

## **Equipe Técnica**

Colocar nomes em ordem alfabética

Camila de Caso

Marco Antônio Rocha

Marina Mattar